

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 16-02-2022.

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Claudio Janta, Jonas Reis, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes e Mauro Zacher. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 360/21 (Processo nº 0857/21), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 348/21 (Processo nº 0832/21), de autoria de Fran Rodrigues; o Projeto de Lei do Legislativo nº 553/21 (Processo nº 1238/21), de autoria de Mauro Zacher. Foi APROVADO requerimento verbal formulado por Giovane Byl, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 011/16, 025 e 036/21, este discutido por Jonas Reis, Karen Santos, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes e Matheus Gomes, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 321, 323, 345, 405, 496, 539, 572, 578, 580, 583, 605 e 606/21 e 007/22, os Projetos de Lei do Executivo nºs 029/21, 002 e 003/22, os Projeto de Resolução nº 085 e 086/21 e 001/22. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier, Bruna Rodrigues, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Claudio Janta, Aldacir Oliboni e Airto Ferronato. Na oportunidade, por solicitação de Claudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Rômulo Gobbato. Às dezesseis horas e um minuto, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Giovane Byl. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

Vereador Jonas Reis (PT): Obrigado nobre Presidente em exercício, Ver. Giovane Byl, cumprimentando-o digo que votei também nessa coordenação de Mesa Diretora para que o senhor tivesse ocupando essa Mesa hoje e os demais. No dia 10, eu enviei um documento à Mesa Diretora da Câmara, solicitando providência acerca da empresa Seltec, que presta o serviço de vigilância aqui, na Casa, que não está pagando em dia os servidores, pois já passou do quinto dia útil e até agora não receberam. Infelizmente, um dos trabalhadores foi reclamar na empresa que não estava recebendo e, por ventura, não sei o porquê, recebeu o aviso prévio de demissão, o Sr. Aron Augusto dos Santos da Silva Barbosa de Oliveira. No dia 10, eu enviei esse documento à Mesa Diretora, então, eu gostaria que o senhor, no exercício do cargo, pudesse observar com acuidade essa questão, porque os servidores estão aí trabalhando para nós, para o povo de Porto Alegre, seria muito ruim desta forma: não se comportando conforme a legislação trabalhista, que, até o quinto dia útil do mês, tem que integralizar os salários desses trabalhadores. Era isso, obrigado.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Muito obrigado, Ver. Jonas Reis. Saliento que prestam um excelente serviço aqui à Casa, e vamos verificar essa situação.

O colegiado de líderes, em acordo, fez um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1369/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 036/21, que reorganiza o Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME/POA) e revoga a Lei Complementar nº 248, de 23 de janeiro de 1991, o Decreto nº 9.954, de 12 de abril de 1991, os arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.198, de 18 de agosto de 1998, o art. 1º da Lei Complementar nº 660, de 07 de dezembro de 2010, e a Lei Complementar nº 795, de 13 de maio de 2016. **(SEI 118.00424/2021-81)**

PROC. Nº 0051/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/22, que autoriza a contratação de Técnico Industrial, Montador Eletromecânico, Operador de Máquinas Especiais, Fresador e Soldador Industrial para o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), por prazo determinado, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público. (SEI 118.00141/2022-10)

PROC. Nº 2748/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/16, que revoga a Lei Complementar nº 708, de 18 de janeiro de 2013, que altera os dispositivos de controle da edificação para o imóvel localizado na Rua Buarque de Macedo, nº 120, sede da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Porto Alegre. (SEI 118.00131/2022-84)

PROC. Nº 1031/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 025/21, que altera o art. 1º, os inc. I a IV do art. 3º, o *caput*, os §§ 4º e 5º, aos incs. III e VI ao XII no art. 5º, o art. 7º, o art. 9º, os incs. I e II do art. 14, o art. 15, o art. 17, o inc. II do art. 20, o art. 23 e o art. 24, inclui os §§ 6º e 7º no art. 4º, os incs. XIII ao XVIII e parágrafo único no art. 20, os §§ 1º e 2º no art. 21 e o 23-A e revoga o art. 6º e o art. 11, todos da Lei Complementar nº 625, de 3 de julho de 2009. (Alteração/Estrutura do Sistema de Controle Interno do Município) (SEI 118.00305/2021-28)

PROC. Nº 0784/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 321/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Travessa Glória o logradouro público não cadastrado conhecido como Passagem Quatro Mil Cinquenta Cinco, Bairro Glória. (SEI 019.00042/2021-75)

PROC. Nº 0786/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 323/21, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que inclui o evento Porto Alegre é Aqui no calendário de Eventos Oficiais de Porto Alegre. (SEI 161.00111/2021-89)

PROC. Nº 0827/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 345/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia Municipal do Turismólogo e dos Trabalhadores em Turismo, Hospedagem, Gastronomia, Entretenimento, Diversão e Lazer no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 27 de setembro. (SEI 037.00284/2021-41)

PROC. Nº 0896/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 029/21, que cria e extingue funções gratificadas e altera os incs. IV, VIII e XII do art. 16 e o Anexo I da Lei nº 11.979, de 22 de dezembro de 2015, que regulamenta a Lei Complementar nº 701, de 18 de julho de 2012, que institui a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município (PGM). (SEI 118.00273/2021-61)

PROC. Nº 0966/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 405/21, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Neimar Filomena Soares o logradouro público não cadastrado conhecido como Acesso B da Travessa Cabo Noé, localizado no Bairro Aparício Borges. (SEI 218.00064/2021-06)

PROC. Nº 1126/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 496/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia da Umbanda no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 15 de novembro. (SEI 024.00133/2021-03)

PROC. Nº 1211/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 539/21, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que dispõe sobre a concessão do Título Honorífico de Cidadão Emérito do Município de Porto Alegre-RS ao Ilustríssimo Senhor Flávio Bastos Berneira Junior, nos termos do artigo 132, II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Alegre. (SEI 222.00132/2021-14)

PROC. Nº 1292/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 572/21, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que denomina Rua Gilda Correa Vieira o logradouro parcialmente cadastrado conhecido como Rua A – Nossa Senhora de Fatima-Divinéia, localizado no Bairro Bom Jesus. (SEI 036.00176/2021-79)

PROC. Nº 1301/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 578/21, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que denomina Rua Paulo Guaraci Dias Brignol o logradouro não cadastrado conhecido como Rua D – Vila Esmeralda, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro. (SEI 036.00186/2021-12)

PROC. Nº 1307/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 580//21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Ogum Megê das Almas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 01 de novembro. (SEI 024.00164/2021-56)

PROC. Nº 1312/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 583/21, de autoria do Ver. Giovane Byl, que denomina Rua Eny Maria Pereira Rodrigues o logradouro público conhecido como Rua 3794. (SEI 158.00140/2021-54)

PROC. Nº 1339/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 605/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Nossa Senhora de Guadalupe no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 12 de dezembro. (SEI 024.00166/2021-45)

PROC. Nº 1340/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 606/21, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que inclui a efeméride Semana Municipal do Grafite e da Arte Urbana no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que compreender o dia 27 de março. **(SEI 039.00059/2021-11)**

PROC. Nº 0018/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 007/22, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Semana Municipal de Atenção à Dislexia no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, a ser comemorado na terceira semana do mês de novembro. **(SEI 034.00005/2022-22)**

PROC. Nº 0041/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/22, que altera o Título I, o art. 1º, o *caput* e os incs. I, II, IV, VI e VIII do art. 3º, o art. 5º, o art. 8º, o art. 13, o art. 15; inclui os incs. X, XI e XII no art. 3º e revoga o art. 2º da Lei nº 6.099, de 3 de fevereiro de 1988, modificando a denominação da Secretaria Municipal da Cultura (SMC) para Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SMCEC) e inclui competências de economia criativa. **(SEI 118.00123/2022-38)**

PROC. Nº 1310/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 085/21, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Jorge Castro de Aguiar. **(SEI 023.00035/2021-69)**

PROC. Nº 1362/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 086/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Adélia Einsfeldt. **(SEI 035.00138/2021-17)**

PROC. Nº 0001/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/22, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que concede o Prêmio Tradicionalista Glaucus Saraiva aos Monarcas. **(SEI 035.00001/2022-43)**

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão nas redes e também os presentes, colegas vereadores e vereadoras, venho até esta tribuna sem tranquilidade. Sem tranquilidade porque está em tramitação, nesta Casa, um projeto de lei que fere a democracia, fere a participação do povo na construção de políticas públicas de educação. Está em tramitação um projeto de lei modificando a estrutura do Conselho Municipal de Educação, que, desde 1991, tem prestado um serviço esplendoroso a toda nossa cidade, seja no ensino público ou ensino privado, dialogando, construindo pareceres, diretrizes, princípios, normas para que a consecução do direito à educação aconteça da melhor forma possível. E principalmente

que as crianças e jovens, trabalhadoras e trabalhadores não tenham esses direitos violados por nenhuma, por ventura, desconstrução desse direito por instituições. Eu fico preocupado porque, nesse projeto de lei, diz o seguinte: “Fica extinta a responsabilidade do Poder Executivo em garantir o corpo técnico jurídico e administrativo de apoio necessário ao atendimento dos seus serviços, devendo ser previsto recursos orçamentários próprios para tal fim”.

Um Conselho Municipal de Educação precisa sempre de um trabalho muito robusto para os pareceres, as notas que emitem, pessoas que conheçam a educação. Então não é possível pensar em um conselho sem uma condição estrutural, sem uma condição de pessoas instruídas, com conhecimento acumulado sobre a área da educação. Eu sempre bati palmas e ainda bato até hoje, continuarei, com certeza, batendo palmas a todos que se dedicam a participar dos conselhos populares, a construir políticas públicas, a fiscalizar, deliberar, construir diretrizes a pensar nas transformações da sociedade. O problema é que agora querem reduzir a participação popular e ampliar, sobremaneira, a participação dos governos no conselho. O governo já foi eleito na eleição, de quatro em quatro anos o governo é eleito e, por isso, está na cadeira de prefeito. A população, conforme a Lei Orgânica deste Município, de 1990, está colocado lá que a participação popular é um princípio dessa nossa Carta Magna do Município. Está com muita clareza no seu art. 1º: “ Todo o poder do Município emana do povo de Porto Alegre”. E os conselhos o que são se não o espaço de participação direta do povo. E aí o governo não satisfeito de ter ganhado a eleição quer agora dominar os conselhos – isso não é justo, não é democrático, não é razoável. Por que isso? Essa é a questão, porque o conselho sempre foi o espaço de ampla participação de várias instituições. O conselho não é uma instituição, são várias instituições que têm cadeiras lá, que representam setores diferenciados relacionados à educação.

Eu fico muito triste porque foi também graças a esse Conselho Municipal de Educação, Presidente Giovane Byl, que eu me tornei cidadão, que me tornei professor. Eu estudei na Escola Anísio Teixeira, uma escola municipal da Zona Sul, fiz todo o meu fundamental lá. Apenas a primeira e segunda série – na época se chamava “série” – eu fiz no interior, depois, vítima do êxodo rural, minha família veio toda para Porto Alegre, esta cidade me abraçou e lá conclui o fundamental e, depois, fui para rede estadual, me tornei professor, fiz mestrado em educação, doutorado em educação, tudo com recursos públicos. E esse conselho sempre esteve regando essa educação do Município, que eu bato palmas, tem muita qualidade. Então, eu sou fruto da educação pública, e quero que mais e mais pessoas sejam frutos dessa educação pública, mas que o conselho não seja amordaçado, porque hoje é este governo e, amanhã, pode ser outro. Então, é um tiro pela culatra. Hoje nós somos oposição, talvez, amanhã, sejamos situação, e nem por isso eu quero que o conselho tenha a metade dos conselheiros indicados pelos governos, não pode ser assim, não pode. Mais do que isso, a eleição tem que ser por partes, hoje o modelo do conselho é parecido com a eleição do Senado Federal: renova um terço, depois, renova dois terços – isso nós temos que manter.

Então, eu queria a sensibilidade desta Casa para que a gente tivesse um diálogo, porque esse modelo de conselho municipal não ajuda na democratização do

acesso à educação, e isso nós ainda não conseguimos atingir, mesmo em Porto Alegre, porque a gente divide democratização do acesso à educação e democratizar o acesso à matrícula, e democratizar o acesso ao conhecimento. Hoje, temos muita dificuldade disso, muita dificuldade e, com um conselho como o governo Melo quer transformar, vai ficar mais difícil ainda porque vai reduzir a participação do povo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARÁUJO (PSD): Boa tarde, Presidente em exercício, Giovane Byl; colegas vereadores, vereadoras. Hoje, subo a esta tribuna para falar sobre a minha atuação como Procuradora Especial da Mulher, o qual eu entrego, a partir de amanhã, para a Ver.^a Mari Pimentel, conforme acordo firmado entre as vereadoras no início do ano passado. Queria passar para vocês um pouco do que foi feito, do que foi realizado como Procuradora Especial da Mulher. Em 1º de agosto de 2021, tomei posse como Procuradora Especial da Mulher na Câmara Municipal, desde então foram mais de 25 agendas voltadas à Procuradoria, tendo sido disponibilizado acolhimento e atendimento jurídico em turno integral a todas as que entrassem em contato com a nossa Procuradoria. Apesar de a Procuradoria Especial da Mulher, em sua essência, desenvolver atividades que envolvam a cooperação do Poder Legislativo com o Executivo, bem como em atender às servidoras e vereadoras da Câmara Municipal, é comum mulheres localizarem o contato via internet e recorrerem à Procuradoria para pedir auxílios diversos. Foram diversas as mulheres que se depararam com o contato da Procuradoria ao buscarem ajuda. A Procuradoria Especial prestou acolhimento e atendimento jurídico a mulheres que encerraram o ciclo de violência, como também àquelas que permanecem auxiliando em como proceder com as denúncias, quais os espaços que fornecem abrigo, direitos, auxílios, requerimento de pensões alimentícias e outros. Entre alguns dos principais trabalhos realizados nesse período, podemos destacar a reunião com a defensora pública Elisa Dias de Castro, responsável pelo atendimento da DPU no casos de violência contra a mulher; a reunião com o comando feminino da Camisa 12, do Internacional, para alinhamento de trabalhos e projetos em conjunto; lançamento do Outubro Rosa, em 2021, e a Caminhada das Vitoriosas, através do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul, o Imama; a campanha “Ei garota, se toca!”, nas sessões plenárias da Câmara Municipal, durante o mês de outubro; a homenagem à Sociedade de Mastologia e ao Imama pelas campanhas do Outubro Rosa, no período de Comunicações, da Câmara Municipal, em parceria com o Gabinete da Ver.^a Fernanda Barth; reunião com a delegada Jeiselaure Rocha de Souza, para conhecer a delegacia de atendimento à mulher e o atendimento que é prestado às mulheres vítimas de violência; Exposição Margaridas, com a abertura em 22 de novembro de 2021, parceria com a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, possuía o objetivo de promover por meio da fotografia o resgate da autoestima e o

empoderamento de mulheres que se encontram fragilizadas em decorrência de atos de violência sofridas no âmbito doméstico familiar; reunião com a Ver.^a Thaise Corrêa, agenda para conversar sobre como realizar a instalação de uma procuradoria da mulher na Câmara de Vereadores do Município de Quaraí; ainda, além das agendas mencionadas, verificou-se a necessidade de solicitação de materiais à Procuradoria da Mulher. Assim, em 16 de agosto de 2021, foi aberto um processo SEI com o intuito de buscar informações e solicitações, as quais tivemos como retorno: a sessão de Biblioteca informou que há previsão legal onde resta determinado que a PEM contará com a produção de materiais próprios para divulgação, informação e formação, porém, não há definição da Câmara Municipal a respeito de qual a cota básica mensal. Ou seja, a Procuradoria Especial da Mulher não recebe material para trabalhar; a instalação de uma impressora na sala da Procuradoria Especial da Mulher foi conquistada no nosso mandato; e a disponibilização do aparelho celular que será destinado à Procuradoria da Mulher, sendo necessário tão somente indicar quem será o servidor que ficará responsável. Em 3 de setembro de 2021, restou protocolado requerimento, solicitando que a Procuradoria Especial da Mulher integre a Comissão Especial de Ética da Câmara Municipal de Porto Alegre em casos que tratem de violência contra as vereadoras e servidoras desta Casa Legislativa. Infelizmente, o pedido terminou por indeferido pela Mesa Diretora. Com isso, restou cumprido o período ocupado a cargo como Procuradora Especial da Mulher. Almejo que as demais colegas a ocuparem este cargo façam bom uso e tragam boas construções sociais. Neste momento, conforme acordado entre todas as vereadoras, assume como Procuradora, a partir da data de amanhã, a Ver.^a Mari Pimentel. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos; ao Ver. Giovane Byl que preside esta sessão, parabéns pelo nascimento do bebê, que Deus te abençoe nessa nova etapa, nova jornada, e as noites sem dormir também. Quero, desta tribuna, parabenizar o Ver. Idenir Cecchim, como presidente da Mesa e toda a Mesa Diretora, desejando que possam ter um ano muito produtivo de trabalho, mesmo sabendo que será um ano difícil, de eleição, mas sei que tem muitas atividades pela frente.

Quero aqui também fazer um destaque com relação a esse período que vivemos de seca, sabemos que a vida não para e, nessa seca toda que nós acompanhamos, vimos as dificuldades, não somente na agricultura, mas também nas grandes cidades, e Porto Alegre não foge dessa rotina. Nós vimos as dificuldades nos bairros, nas vilas em função da seca, sabemos que não esperávamos o calor que aconteceu, além das secas, vem essas chuvas que chegam repentinamente. Tudo isso faz parte da natureza. O que é mais importante em tudo isso é o poder de reação do poder

público quando esses eventos acontecem. Isso é que é o mais importante de tudo, seca sempre vai ter, enchentes sempre vão ocorrer, mas o que é importante é que o poder público esteja preparado, e nós vemos aqui o esforço, o empenho do nosso prefeito. Estivemos, na semana passada, com alguns vereadores no Morro da Cruz, e não é só lá, tem outros lugares também que passam por dificuldades. Nós temos visitados alguns lugares e sabemos que infelizmente esse mal poderá ser atenuado, mas de completo não vai terminar porque cada vez mais se constroem residências e ocupações em lugares onde não tem condições. Então o poder público, muitas vezes, é cobrado por algo que foge dos seus braços, foge da sua capacidade, e o mais importante de tudo isso é que as decisões, os resultados não sejam apenas paliativos.

Por outro lado, também, quero falar um pouquinho da questão do transporte público, que tem sido tão debatido, inclusive, na nossa comissão, na CUTHAB, sobre o preço da passagem. Nós sabemos que os usuários do transporte público de Porto Alegre conhecem bem os problemas mais comuns na ponta da língua, tais como demora para chegar os ônibus, não passa no horário, falta de ar-condicionado, ônibus velhos que estragam com frequência, enfim, uma série de dificuldades. Sabemos que algumas medidas já foram tomadas pela Prefeitura, como, por exemplo, a redução das isenções, extinção gradativa dos cobradores - o que parabeno o prefeito Melo pela coragem e ousadia nas suas posições -, foram mudanças difíceis, porém necessárias. No entanto, gostaria de salientar a necessidade de se pensar um novo sistema para isso. Concordo com o nosso prefeito quando ele diz que, sim, é necessário ter uma linha de crédito para os municípios a juro zero, para financiar a infraestrutura da cidade e transportar o povo. A real verdade é que o Brasil adotou uma política errada desde o governo Juscelino Kubitschek, financiamento de carros particulares em vez de investir no transporte coletivo. Agora, infelizmente, estamos pagando a conta e precisamos repensar esse modal e esse sistema. Finalizo, colocando-me à disposição do governo para pensarmos juntos essa pauta, pois tenho a consciência de que fui eleito para ajudar a nossa sociedade. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, subo a esta tribuna para discutir um projeto que está na Pauta, que foi trazido pelo Ver. Jonas Reis, que trata da reestruturação do Conselho Municipal de Educação. Para nós, do ponto de vista de quem vem da escola da rede municipal, desorganiza uma concepção de democracia, de construção coletiva, de acesso à transparência, modifica a estrutura do conselho, no sentido de dar mais peso, hoje, às políticas de governo. A gente entende que a educação, enquanto projeto e concepção, não pode ficar à mercê de eleições de dois em dois anos, ou de quatro em quatro anos, no sentido da rede municipal do ensino de Porto Alegre, e que a gente precisa ter os educadores, os pais, os

estudantes protagonizando essa discussão, para que, de fato, ela seja enraizada e pautada nas necessidades de quem está no dia a dia encarando os desafios da precarização, ideológicos, de teorias que querem, cada vez mais, reduzir o acesso dos estudantes da periferia a simplesmente saber somar e saber língua portuguesa. A gente compreende que isso é um projeto de educação, e reestruturar o conselho, dentro desses marcos de escola cívico-militar, de desestruturação do plano de carreira dos professores é mais um ataque que quer burocratizar as instâncias que foram construídas pela população, pelos trabalhadores, pela rede municipal, e a gente não pode permitir isso. Cinquenta por cento hoje do conselho – isso é o que está colocado na lei – de indicação de representantes por parte do Executivo é burocratizar esse espaço. E a gente entende muito bem o que é isso, quando comparamos com o Conselho Municipal de Transporte Urbano e a gente percebe que quase 80% das indicações do Comtu são representantes do governo, das empresas de ônibus e do setor privado, e não expressa essa discussão que agora mesmo o Ver. Hamilton trouxe aqui sobre a necessidade de qualificar, a necessidade de ter mais acesso à informação, à transparência e a transformações que, de fato, correspondam com a vontade da maioria da população. Burocratizar o Conselho Municipal de Educação, com 50% de representantes do governo, na nossa opinião, vai precarizar ainda mais essa instância, burocratizando. Segundo, impede o conselho de ter uma intervenção nos contratos, nas mantenedoras, na lógica privada que também é uma responsabilidade do público de fiscalizar e se responsabilizar por isso. A gente entende, novamente, que é abrir, cada vez mais, o setor da educação, um direito constitucional, público, que tem que ser de controle popular, controle da comunidade escolar, para que a gente não tenha mais gerência sobre esses contratos, tenha mais dificuldade de ter posicionamentos em relação a essas parcerias público-privadas, essas concessões que acontecem na rede. Novamente é abrir mão do controle social. Nós não podemos permitir que as comunidades fiquem reféns de contratos. E nós que fiscalizamos no dia a dia os contratos dos trabalhos terceirizados, nós enxergamos a precarização, nós vemos que isso não corresponde com a necessidade de uma educação pública, gratuita, de qualidade, digna para as pessoas que pagam, com os seus impostos, toda essa máquina. Então, é importante a gente atentar que o projeto de lei permite isso, restringe as atribuições do conselho em relação a essas fiscalizações e isso é muito grave, porque a política que os governos vêm apresentando é terceirizar, parcerizar, privatizar cada vez mais aquilo que é público, aquilo que é constitucional e que é direito para a gente ter um futuro melhor para todos e todas na nossa cidade. Por fim, também, tira representantes importantes, que é o segmento dos funcionários e dos estudantes. Então, é um ataque à concepção dos conselhos, é um ataque que visa burocratizar e querer que ele vire cada vez mais só um órgão de assinatura protocolar, dentro desse contexto de sucessivos projetos que vêm de segmentos da sociedade que não estão no dia a dia da escola. É importante a gente se atentar ao que significa essa reestruturação e, de novo, chamar à necessidade da SMED. Ao invés de estar substituindo o protagonismo dos professores da rede e da comunidade escolar, que convoque um congresso municipal de educação. É isso o que a gente entende como um espaço mais amplo, legítimo, democrático, em que as pessoas vão poder incorporar a política, porque hoje nós somos

reativos. Vem para cá, nós lemos o projeto e temos desacordo. A gente vai continuar mais dois anos nesse embate, com a Secretaria de Educação? É importante, sim, ter um congresso, vai ajudar a gente a afinar mais as nossas concepções e fazer um debate amplo com a sociedade. É isso o que nós estamos exigindo, por isso a preocupação em relação a esse projeto de lei que está tramitando. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente em exercício, o Ver. Giovane Byl; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Os projetos que estão em Pauta hoje, que se referem a essa mudança que o próprio governo está tentando implementar no Conselho Municipal de Educação e no Conselho de Saúde, nos preocupam muito, à medida que ele faz mudanças radicalizadas sem consultar o próprio conselho – é lamentável isso. No caso da saúde, ele tira de deliberativo para consultivo. Então é muito pontual e importante essa crítica, porque os governos não podem engessar o controle social. Se engessar o controle social de não ter liberdade de opinião, nós não estaremos mais numa democracia. Por isso é importante esse debate pontual com relação à constituição dos conselhos.

Eu quero me referir ao PLE nº 051/22, que autoriza a contratação de técnico industrial, montador eletromecânico, operador de máquinas especiais, soldador industrial e assim por diante, no Departamento Municipal de Água e Esgoto, o DMAE. Agora, recentemente, os senhores e as senhoras, cidadãos de Porto Alegre, acompanharam as fortes chuvas que aconteceram depois daquele calor imenso na cidade. O que mais nos preocupou, como vereadores, fiscalizadores do serviço públicos, foi o sucateamento oportunizado por algumas gestões que levou o DMAE. E o fato de terem queimado alguns motores de bombeamento de água na cidade, algumas regiões não receberam água. E foram inúmeros bairros da cidade que ficaram sem água. Na região leste de Porto Alegre, por exemplo, Murialdo, Morro da Cruz, Lomba do Pinheiro, Glória, Antônio de Carvalho, Bom Jesus, ficaram oito dias sem água; voltou, depois de oito dias, e o governo estava ausente. Voltou, mas faltou água novamente por mais quatro dias, e o governo tentou operacionalizar o sacrifício com carros-pipa. Imaginem quantos deveriam ter, porque foram vários bairros da cidade. Pois eu fiquei cobrando incessantemente o presidente do DMAE e ele colocava sempre uma justificativa desse sucateamento. Ora, se o DMAE é superavitário, tem dinheiro em caixa, o governo municipal terminou o ano de 2021 com R\$ 700 milhões em caixa. É preciso fazer um debate. É proposital o sucateamento? Por favor, nós queremos um serviço público que tenha funcionalidade e que não deixe os trabalhadores e os cidadãos sem água. Imaginem, senhores, um dia sem água. É difícil! Oito dias, depois mais quatro dias ficaram sem água! Essa é a verdade! E aí então, pela pressão, o prefeito,

depois de várias ligações que fiz, concordou em ir ao Morro da Cruz, em um dos locais em que faltou água. Lá ele se sensibilizou e percebeu por que da indignação da população. Tomou algumas medidas, naquela ocasião, na semana passada. O primeiro movimento foi um decreto estabelecendo a emergência, por estarmos numa situação de calamidade pública, mas a atitude do governo não é só compra de caixas d'água; é preciso reconhecer que é preciso construir novos reservatórios, várias outras redes. E ali, então, naquela fala do prefeito, ele pediu a autorização para fazer uma contratação emergencial de 37 técnicos para o DMAE, se comprometendo, num exíguo período, a fazer concurso público. Hoje, nós vamos ter aqui, após a Pauta, reunião conjunta das comissões sobre esse projeto de lei, sobre o qual, hoje, na reunião de líderes, como líder da oposição, damos acordo. Mas é emergencial e é temporário. É preciso que o governo reconheça que é necessário fazer concurso público. Nós precisamos ter trabalhadores estáveis, capazes de, numa emergência, poder operacionalizá-la e resolvê-la, coisa que não aconteceu nessas semanas, nesses dias em que faltou água em Porto Alegre. Portanto, sinalizamos positivamente, mas, avaliamos do ponto de vista da estrutura do serviço da cidade. Para concluir, nobre Presidente, é importante, mais do que importante fortalecer as instituições públicas e dar segurança desse serviço para a população, uma vez que o caso da água é um bem humano incalculável, e o poder público pode ser responsabilizado quando não atuar dessa forma. Por isso, vamos sinalizar positivamente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente Byl, comandando e o felicito pelo cargo, terá todo o nosso apoio, a nossa harmonia na busca do entendimento. Quero aqui, na questão da Pauta, também tocar nessas duas questões. Primeiro, a educação está boa em Porto Alegre? Não, há muito tempo não está boa. A cidade está engessada, é conselho para lá, conselho para cá, e naturalmente, muitas vezes, engessa o Executivo, independentemente de partido ou de prefeito. O grande conselho que foi feito nesta cidade foi o conselho que a esquerda fez, o OP – Orçamento Participativo. E de lá para cá, eles mesmos terminaram com o OP; não dá mais resultado, o PT saiu do governo, o OP foi desmoralizado quando não tinha mais dinheiro para socorrer as populações, até hoje se reúnem com muita promessa porque não tem dinheiro e também está engessado. Na realidade, a educação não é boa em Porto Alegre. Eu nunca vi os professores fazerem uma greve em Porto Alegre, mas não tem como fazer, ganham muito bem em relação à sua própria categoria estadual que vive em greve porque realmente ganha pouco. Portanto, Porto Alegre paga bem, Ver. Mauro, paga bem. A maioria ou absolutamente a maioria com pós-graduação, teve oportunidade, isso é bom, eu felicito. O que eu estou falando aqui não é crítica, é uma observação apenas. Se vocês olharem, quem está escutando em casa, o projeto de lei

complementar deste Executivo quer reorganizar o Conselho Municipal de Educação – que confesso, engessa o Executivo. Cada governo tem a sua forma de administrar e fazer a governança. E diz mais: revoga a lei complementar de 1991; o decreto, de 12 de abril de 1991; os artigos 9º, 10, 11 da lei de 1998; o art. 1º da Lei Complementar nº 660, de 07 de dezembro de 2010; a Lei Complementar nº 795, de 13 de maio de 2016. Olhem as mudanças! Cada governo tenta mudar porque não entendeu ainda e não conseguiu alterar para melhorar a educação em Porto Alegre, e os conselhos municipais. É muito conselho municipal, e tem que ouvir todo mundo. A democracia não pode ser para um lado só, ela tem que ser para todos os lados, Ver.^a Nádia, e do jeito que a democracia é vista aqui é um lado só; tem que fazer o que agrada um determinado segmento da sociedade; não toda a sociedade. As mudanças são bem-vindas, buscando a melhoria. É lógico, oposição é para isso eu até concordo. Vir aqui não ter que colocar a culpa em ninguém, foram educados, deram os eu ponto de vista. Mas eu estou dando o meu ponto de vista, fazendo o contraponto que é muito bom na democracia.

Vou para um outro projeto – que é o que nós vamos votar hoje na reunião conjunta das comissões –, o projeto de lei do Executivo autoriza a contratação – mas quem é que é contra a contratação? – de técnico industrial, montador eletromecânico, operador de máquinas especiais, prezador e soldador industrial para o Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. O maior órgão, o primo rico, o DMAE, quer contratar gente para poder socorrer muitas comunidades que estão hoje com dificuldade. Eu confesso que, pela experiência que tenho, que o DMAE pode terceirizar, mas ele tem a sua coordenação para poder fiscalizar esses terceirizados que, às vezes, têm um péssimo *know-how* na cidade. E o DMAE, com os seus técnicos que tem de valorizar, com as contratações de bons técnicos para fiscalizar, orientar e coordenar essas obras malfeitas, terceirizada que fazem o tapa buraco que em uma semana está aberto de novo, Matheus, essa é a realidade! Agora, fazer concurso público para tudo, inchar ainda mais a máquina, não. Diga-se de passagem – quero dar meu ponto de vista aqui; sempre dei e o Oliboni é testemunha –, sou contra a privatização até que me provem o contrário. Agora, eu acho que o DMAE, como se trata do nosso primo rico, o que eu critico é que não pode haver... O que nós sentimos da cidade? Quando tem muito cavalete sinalizando EPTC, DMAE, é porque a terceirizada não está fazendo bem, e o órgão precisa de alternativa para fazer bem. Muito cavalete sinalizando problema na cidade, é sinal de que aquele órgão, aquele departamento, aquela secretaria não está fazendo bem. Essa é a experiência que nós temos, bota o cavalete lá e fica uma semana, duas semanas, não, não. O DMAE é o primo rico, tem todas as condições, tem que contratar para ter bons técnicos e prestar aquele serviço essencial para a sociedade porto-alegrense. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde a todos, aos colegas, Presidente que comanda os trabalhos neste momento. Eu vim ocupar a tribuna para falar de um projeto de lei complementar do Executivo que, de certa forma, eu acho que envergonha a cidade. Eu que fui militante do movimento popular e comunitário na capital, que sempre valorizou a participação, a construção da política participativa, hoje nós recebemos esse projeto que reduz a participação ou a atuação do Conselho Municipal de Educação, num período muito difícil para a educação da cidade. Por muitas vezes, aqui, nesta Casa, a educação foi um grande motivo de discussão, e hoje nós temos aqui esse projeto que nem um pouco representa o sentimento da sociedade, da cidade e da comunidade escolar de Porto Alegre. Fico pensando: se não existisse, na cidade, o Conselho Municipal de Educação – Ver. Cassiá, tu que fizeste um questionamento a respeito da qualidade da educação na cidade –, que educação nós teríamos em Porto Alegre? Eu fui uma jovem atendida pela nossa rede municipal, desde a creche, lá na Vila Cruzeiro, na Tronquinho. E eu sei a qualidade que a nossa rede municipal de educação oferta à população da cidade. E não foi só na creche, foi no ensino médio também, lá no Emílio Meyer. E eu sei que, nessa construção de modelo de educação, tem o papel fundamental do Conselho Municipal de Educação, que ajudou a construir a política de educação na cidade. Essa política que acolhe o estudante, que se preocupa com as famílias. Não é natural dos governos essa preocupação; não é natural dos governos que nós tenhamos o pensamento de que a merenda é fundamental na construção de todo e qualquer aluno. Chegar aqui e se deparar com este projeto me traz um questionamento importante sobre a cidade de Porto Alegre e sobre a mudança de rumos que nós estamos seguindo. Parece-me que há um questionamento sobre a importância da participação; parece-me que essa nova gestão, que não é nova, que tem, nos seus principais espaços, quadros que já foram de gestões anteriores, mas, parece-me, muda a concepção de participação, questionam o papel da sociedade na construção da política pública. Essa não foi a cidade que elegeu o Melo, essa não foi a cidade que contribuiu consideravelmente para a sua eleição. A cidade que elegeu o Melo prefeito é uma cidade participativa e que quer contribuir para os rumos da cidade. Eu não sei quais são os elementos que fazem o Melo questionar o papel dos conselhos em todas as principais áreas, e nas áreas mais estratégicas da cidade. Eu tenho uma certeza: essa mudança de concepção de rumo vai levar a cidade para um isolamento muito grande.

Ontem nós tivemos uma reunião, na CEFOR, e tivemos uma redução de R\$ 176 milhões em investimentos em educação. Ver. Cassiá, são R\$ 176 milhões a menos em educação! Isso responde a sua pergunta. Que modelo de educação que nós temos em Porto Alegre? Isso também dialoga com o nível de investimento que as gestões ofertam à cidade. Quando a secretária, ontem, falava, na CEFOR, que não bastava investir em qualquer lugar, quando o secretário de finanças falava que não adiantava pintar a mesma escola, eu, imediatamente, me questionei sobre de qual cidade eles estavam falando. Porque, dias atrás, eu estava batendo na porta da Secretaria de Educação para falar de uma escola fechada, Ver. Matheus! A minha escola, a Escola Emílio Meyer, na qual eu estudei todo o meu ensino fundamental, na qual fui presidente do grêmio estudantil, e sei do papel que ela teve na construção da minha identidade e da minha

vida. Eu reconheço. Eu sou estudante da Universidade Federal hoje e isso é a prova de que a boa educação garante ao cidadão uma boa continuidade, uma boa educação. Eu fico pensando que essa gestão não pactua com a construção da educação; que quer, cada vez mais, os jovens estudantes distantes. Isso não contribui para a cidade que eu sonho, para a cidade que eu quero e para a cidade pela qual eu luto. Esse modelo de redução da participação do conselho, pasmem, aumenta em 200% a participação do Executivo na sua gestão.

Para concluir, eu acredito que o modelo de educação que nós temos é o modelo que nós construímos. E a redução do papel do Conselho Municipal de Educação não é um ataque ao trabalhador, como foi dito aqui, é um ataque à sociedade, é um ataque a tudo o que nós construímos ao longo de muito tempo. Porto Alegre vem perdendo a sua característica, Porto Alegre vem perdendo o brilho de ser a capital da participação popular, aliás, há muito tempo. O Orçamento participativo não é mais o mesmo. Não é por que é o PT.... Tomem vergonha na cara, gente, parem de achar culpados pela falta de gestão, pela má gestão, assumam as suas responsabilidades, digam, nos espaços importantes, que vocês não querem que o povo participe da gestão, que não querem que o povo dê a sua contribuição no comando dos trabalhos e no rumo do orçamento -, é mais honesto, é mais justo. Digam que vocês pactuaram com a especulação imobiliária, digam que vocês pactuaram com o modelo de educação privada, digam que vocês pactuaram com o sucateamento das periferias da cidade. É mais honesto. Aí nós vamos conseguir fazer um discurso em alto nível; nós vamos conseguir mostrar para a população quem representa quem. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, vereadoras, vereadores, Presidente Giovane Byl. Eu quero debater esse tema do Conselho Municipal de Educação, que, na minha opinião não se restringe apenas ao projeto que foi apresentado à Câmara de Vereadores sobre educação municipal, porque a gente teve, ao longo de 2021, discussões semelhantes, nesta Casa, sobre o Conselho de Habitação, que ignora a história do desenvolvimento da política de habitação popular na cidade de Porto Alegre, que sempre foi construída com base na mobilização, organização social, pressão das comunidades; e ali se diminuiu a participação popular. Nós recebemos um projeto referente ao Conselho de Saúde, que ignora, também, a história da construção do Sistema Único de Saúde no Brasil, que é um dos maiores registros de mobilização social da história da América Latina para organizar uma política pública.

Agora, a gente está tendo esse projeto sobre o Conselho Municipal de Educação, e eu creio que está bem nítida aqui uma visão extremamente limitada sobre o que é democracia. Vejam só, algumas falas, não apenas nesta discussão, mas também em outras que já citei, dão a entender que a democracia é algo complicado de se

concretizar, que a democracia é inviável para se desenvolver, é um processo que dá muito trabalho, então, é melhor a gente substituir a participação popular por um corpo burocrático, um corpo técnico. Não sei de onde é que virá esse corpo técnico, escolhido por quais critérios. Nesse caso, reduz-se o tempo dos mandatos, aumenta a participação do governo, invertendo a lógica da formulação de políticas educacionais que tem de ser pensada a longo prazo, para muito além dos quatro anos. E a gente vai ter sabe-se lá quem à frente de uma discussão tão estratégica. Essa é uma visão que expressa, infelizmente, o quadro das liberdades democráticas do Brasil hoje, que é de restrição, é um crescimento cada vez maior de tendências autoritárias. “A democracia dá trabalho, por isso a gente substitui o povo por um corpo técnico, iluminado, burocrático; eles vão saber o que fazer, e não interessa a participação popular.” No caso do Conselho Municipal de Educação, a gente está diante de uma subversão total dessa política que foi estruturada junto com o Sistema Municipal de Educação, que exige, como bem falou a Ver.^a Karen, a convocação de congressos ordinários para discutir a política educacional, que coloca acima os interesses da comunidade escolar, formada por professoras, por professores, pelo corpo de trabalhadores da educação, por pais e mães, por estudantes; coloca acima essa elaboração daquilo que pode variar ou não, que são as políticas de governo. O conselho, quando foi criado, era para ser um órgão política, financeira administrativamente autônomo da Prefeitura. Agora, a gente tem a mudança da essência disso, porque o conselho vai estar 100% subordinado à Secretaria Municipal de Educação e aos governos que vierem. Isso é extremamente preocupante, pois é contrário à origem desses instrumentos de participação. Nós também temos aqui a limitação das possibilidades de formulação de políticas educacionais - esse é um tema muito importante. O Plano Municipal de Educação, por exemplo, que antes era aprovado, debatido junto com a emissão de pareceres técnicos, de todo um processo de formulação, agora vai ser, simplesmente, subordinado a um debate mínimo, sem a possibilidade de interferência, e não foi para isso que o conselho foi criado. Nós temos outros exemplos, tais como o tema dos contratos; o peso da participação dos segmentos da sociedade civil, especialmente os vinculados à educação num ambiente desse conselho, e a consolidação, na verdade, de uma tendência que desresponsabiliza o Estado para com a educação. Se no ano passado a gente já não teve o investimento total que poderia ter sido feito na educação, realizado, concretizado pela gestão municipal, enquanto, sim, faltam vagas em creches, faltam infraestrutura, há dificuldades causadas pela pandemia com relação à educação, ao acesso à tecnologia no ambiente escolar, ou seja, investimento tem muito para a gente fazer, e é incompreensível que toda verba do Fundeb não tenha sido devidamente utilizada. Consolida-se, por outro lado, uma lógica que repassa a responsabilidade da educação, cada vez mais, para convênios, para instituições privadas.

Esse é o “x” da questão, e é por isso que nós vamos, sim, nas próximas semanas, não apenas debater esse tema na tribuna, mas também mobilizar a educação municipal, discutir com o corpo técnico, nas universidades, com os segmentos que fazem a educação acontecer no dia a dia, que é preciso que a gente mantenha o caráter

participativo, plural e democrático no Conselho Municipal de Educação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente Giovane Byl; boa tarde colegas vereadores e público que nos acompanha aqui e pela TVCâmara. Eu gostaria de reforçar o debate sobre a reformulação do Conselho de Educação aqui no Município de Porto Alegre. É com grande entusiasmo que eu vejo essa reformulação, gostaria de compartilhar com vocês o porquê dessa reformulação e o quanto importante ela é para a educação no Município. Por quê? Porque a educação é formada por um triângulo: escola/aluno/família - e nós temos que trazer a família para o debate. E a escolha da escola deve vir acompanhada da escolha da família, e a supervisão e a fiscalização na escola também devem vir acompanhadas do debate na família. Nós sabemos que a educação não pode ser dissonante do que nós vimos no eixo aluno/família/escola. E o que nós vemos hoje é a ampla burocratização da educação, via Conselho Municipal de Educação. E falo aqui no papel de mãe, porque a escola da minha filha, que existe há 30 anos em Porto Alegre, que eu escolhi como mãe, estou lá diariamente buscando a minha filha, hoje, não tem todos os cadastros do Conselho Municipal de Educação. E isso acontece com outras 500 creches no Município, que não têm o aval do Conselho Municipal de Educação e ficam no limbo da lei que o conselho exige. Então, a burocratização da educação, vinda pelo Conselho de Educação, acaba tirando a participação dos pais no processo de escolha na educação dos seus filhos e o processo de fiscalização na educação dos seus filhos. Nós, pais e mães, queremos ser presentes na educação, queremos ser presentes nas escolhas. Hoje, no Município de Porto Alegre, nenhuma criança pode ter acesso a atividades extras, porque existe uma legislação no Conselho Municipal de Educação que a impede. Então, se a minha filha está numa educação em nível estadual, ou seja, que compreende ensino fundamental também, a minha filha pode ter a opção de frequentar o balé, o futebol ou judô. Já se o meu filho está numa creche do Município ou numa creche particular, mas que é regida pela lei do Município, o meu filho não tem a oportunidade dessa escolha. Por isso, colegas vereadores, eu trago aqui, no papel de parlamentar e também no papel de mãe, a importância desse debate, um debate amplo do papel dos pais também na educação dos seus filhos; um papel de trazer o quanto a burocratização acabou atrapalhando esse papel de fiscalização, de atuação dos pais. Eu tenho certeza de que o conselho tem um amplo trabalho a fazer na conscientização da educação, na participação dos pais, na fiscalização, na condução com os professores e por isso eu não gostaria de tirar o mérito do Conselho Municipal de Educação, mas o Conselho Municipal, da maneira como tem atuado hoje no Município, acabou tirando dos pais o direito de atuar na educação dos seus filhos. Por isso eu vejo com grande entusiasmo a revogação de alguns itens da lei e

tenho certeza de que o debate amplo será feito aqui dentro da Câmara de Vereadores e que nós teremos, sim, uma educação composta pelo triângulo pais/alunos/escola. Só assim a gente conseguirá aumentar a participação e os resultados da educação no Município, e teremos aí alunos prontos para o mundo, porque é assim que nós devemos preparar os nossos alunos para a vida que depois estará ali esperando. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Giovane Byl, primeiro, parabéns pelo filho e pela presidência. Saúdo os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara. Neste tempo de liderança pelo meu partido, venho pedir a compreensão e o apoio dos vereadores desta Casa para um requerimento que fiz ontem, o requerimento de uma Moção de Solidariedade ao projeto de lei federal nº 4.392/2021, dos senadores Alexandre Giordano - do MDB - e Nelsinho Trad - do PSD. O projeto de lei desses senadores é a respeito do transporte público, Ver. Oliboni, líder da oposição. Tenho certeza de que esse projeto não terá a oposição de ninguém nesta Casa. Os dois senadores estão prevendo, a respeito do sistema de transporte, a isenção dos maiores de 65 anos - certamente todos nós somos favoráveis à que aquelas pessoas que atingem os 65 anos tenham a possibilidade amparada pela lei de serem isentos da passagem -, só que acontece que a lei não prevê quem restitui essa isenção. E a isenção da passagem acaba ficando para o usuário, para aquelas pessoas que usam o transporte. Porque a isenção não é contabilizada como pagante, então ela acaba aumentando certamente o valor da passagem, da tarifa de ônibus. Esse projeto de lei apresentado pelos senadores, que deve ser votado no dia de hoje, prevê que as isenções desses maiores de 65 anos no transporte público sejam ressarcidas pelo governo federal, por uma fonte de recursos e, dessa forma, não mais aquela pessoa que mais precisa, que é o trabalhador que pega o ônibus, acabe tendo o custo de financiar o transporte público. Então, aprovada essa lei, o governo federal repassará aos municípios, principalmente às capitais o valor referente às isenções no transporte público. Com isso nós sabemos que, e está bem explicado no projeto federal, para a definição do custo da passagem o cálculo divide as despesas do transporte pelo número de pagantes, isso vai determinar o valor da passagem. E como é uma isenção, mesmo quando os governos municipais subsidiam, não vai para o cálculo como pagante. No projeto de lei está previsto que esse valor, toda vez que o isento utilizar, como o governo federal vai ressarcir, vai repassar os recursos para o município, esse idoso será considerado como se fosse um pagante, Ver. Moisés, e dessa forma aumentará o número de pagantes e isso participará do cálculo da passagem. Não será simplesmente um subsídio, será considerado um pagante e isso, indo para o cálculo, irá diminuir consideravelmente o valor das passagens. Então, existe esse projeto de lei, deve ser votado ainda no dia de hoje no Senado e nós fizemos esse requerimento; como

ele não está previsto na Ordem do Dia, eu venho aqui pedir aos nossos colegas vereadores para, assim que ele entrar na Ordem do Dia, farei um requerimento para que seja incluído na Ordem do Dia, para que possamos fazer o debate sobre essa moção e sobre projeto de lei e, dessa forma, demonstrar que a cidade de Porto Alegre é favorável a esse projeto, e colocarmos em votação ainda no dia de hoje, para que não percamos a oportunidade de demonstrar que a cidade de Porto Alegre é favorável a essa lei que certamente vai contribuir muito para o sistema de transporte público das cidades que, todos nós sabemos, enfrenta uma série de crise, não só em Porto Alegre, mas principalmente nas capitais do Brasil inteiro, com a diminuição do número de passageiros por diversos fatores e também pela pandemia. Então, já peço os colegas que, assim que entrarmos na Ordem do Dia, farei o requerimento e peço a compreensão e o apoio de todos os colegas vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Estamos juntos. Valeu, Presidente. Eu até estava falando esses dias com o senhor ali, que tapa de luva foi sentar nessa cadeira de Presidente, depois de tudo o que o senhor passou enquanto era liderança do Orçamento Participativo, e, muitas vezes, desmerecido por estar lutando pela sua comunidade. Parabéns por estar ocupando agora, merecidamente e legitimamente, a presidência da Câmara de Vereadores da cidade de Porto Alegre, representando também aqueles que o colocaram aqui do trabalho de liderança comunitária, que o senhor desenvolveu ao longo de muitos anos, do Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre. Aproveitando que o senhor está nessa cadeira de Presidente, quero agradecer também o empenho e esforço que o senhor fez, ao lado do vereador Bobadra, para ajudar na questão daquelas duplicações pontuais da Av. Protásio Alves, que ajudou muito o pessoal que vai para cidade de Viamão e para a cidade de Alvorada, no final do dia, e que no início do dia vêm para a cidade de Porto Alegre. Parabéns por estar ocupando esse espaço e obrigado pelo empenho e pela ajuda para o pessoal que se desloca diariamente nesses roteiros.

Quero falar agora, rapidamente, sobre essa questão do financiamento do transporte público. Quero lembrar aos senhores que esse processo se iniciou nesta tribuna aqui na cidade de Porto Alegre, nesta Câmara, através do protagonismo que nós desenvolvemos junto à Prefeitura da cidade de Porto Alegre, quando propus ao prefeito Melo a ideia de que as isenções... Na verdade, hoje, infelizmente, as isenções são pagas pelas pessoas que não têm direito à isenção. As isenções deveriam ser custeadas pela sociedade que diz que essas pessoas têm direito à isenção. Cabe ao Município de Porto Alegre, reconhecendo que a isenção é da cidade, e não dos usuários que não têm direito à isenção, como a isenção é da cidade para os isentos, através de fontes de financiamento, pagar a passagem das pessoas que o Município de Porto Alegre declara

serem isentas. Então o que acabou acontecendo? Nós votamos aqui neste parlamento a gratuidade do transporte fundamental, das crianças de 1ª à 8ª série, bancadas pelo Tesouro do Município, com convênio através da Secretaria de Educação e Ministério da Educação, 75% pelas pessoas que andam no transporte coletivo do ensino médio, e 50%, assim como era, com a diferença de não onerar mais o passageiro pagante com a isenção que nós dávamos sem apontar uma fonte de financiamento. E agora, o que foi colocado aqui pelo Ver. Mauro, eu gostaria de lembrar, é a extensão dessa discussão para o nível federal. Quando sugeri ao prefeito essa questão de encontrar uma fonte de financiamento para cada isenção dada, o que acabou surgindo foi: "Mas o que a gente faz com os idosos?" Cada isenção tem que ser acompanhada de uma fonte de financiamento, senão não é isenção, pois ela onera o pobre que não tem direito à isenção. E o que acabou acontecendo? Essa ideia que surgiu na cidade de Porto Alegre, que foi trazida como uma alternativa e aprovada na Câmara Municipal de Porto Alegre, hoje está sendo apresentada aos senadores da República como uma alternativa para pagar efetivamente as passagens das pessoas que andam de graça por força constitucional. Os legisladores, na Constituição, falaram que o almoço era grátis, só não disseram quem pagaria pelo almoço grátis, e fez com que as pessoas que não têm direito ao transporte gratuito pagassem pelas pessoas que têm direito a esse transporte gratuito. O que acaba acontecendo, infelizmente, é que isso onera o pobre que anda de ônibus e que não tem direito à isenção. O que o governo Melo está fazendo agora é tentando convencer, a partir do protagonismo que nós desenvolvemos no final do ano passado, trazendo para a responsabilidade o governo federal que diz que as pessoas têm direito à isenção. Veja bem, eu não sou contra a isenção, eu sou contrário a declarar isenção sem encontrar uma fonte de financiamento, porque senão acaba acontecendo de a gente onerar quem não é isento. Isso está sendo discutido agora em nível federal, está em votação nesta semana junto ao Senado, os três senadores gaúchos declararam que votarão a favor, não sei se por convicção ou por uma noção de que se não votarem a favor, talvez tenham dificuldade agora no próximo pleito eleitoral que se aproxima, mas, de uma maneira ou de outra, essa matéria que surgiu na cidade de Porto Alegre, foi aprovada na Câmara de Porto Alegre, é lei no Município de Porto Alegre, está sendo levada agora para o nível federal para que sejam encontradas fontes de financiamento para o pagamento das isenções - que não são gratuitas - das pessoas que devem permanecer andando de graça, mas com uma fonte de financiamento correspondente para que não onere as pessoas que não têm direito à essa isenção. Só para pontuar isso, é um protagonismo que nós tivemos, que talvez venha a nível federal agora, com a aprovação dessa lei no Senado da República. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Senhor Presidente, quero pedir um minuto de silêncio pela passagem do Sr. Rômulo Gobbato, funcionário da Fundação Gaúcha do Trabalho, diretor administrativo do Senalba e tesoureiro da Força Sindical.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com uma palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Sr. Presidente em exercício, senhoras vereadoras, senhores vereadores, quero cumprimentar o Presidente por mais um herdeiro - saúde, felicidades à família - e pela condução dos trabalhos na ausência do Presidente Idenir Cecchim.

Vou falar de vários tópicos aqui. Quero relembrar o tempo do Orçamento Participativo. Participei muito do Orçamento Participativo. Quando o Prefeito Fogaça assumiu, em 2005, não lembro bem o ano, eu tive acesso, sim, às pendências do OP, e havia muitas pendências, e isso eu falo com conhecimento, porque faziam-se as plenárias, as promessas vinham, mas o Município não tinha pernas para cumprir. Então havia muitas pendências. Depois deu uma regularizada, vieram outros governos. Acredito, sim, que o OP parou bastante no governo também anterior, e que agora estamos vendo uma iniciativa, como estávamos em pandemia, de o governo atual reiniciar. Acho muito importante, eu participei por muitos anos do OP, conhecemos o clamor das pessoas, as demandas, e não precisamos morar na periferia para saber. Nós tínhamos uma certa liderança na nossa região, na época, para esses assuntos.

Também falar na educação e destacar a fala da Ver.^a Mari, pois é muito importante, vereadora, você como mãe, falar da família nos conselhos. Claro que é importante, porque hoje nós vemos falar muito das representatividades, mas onde não estão os pais que conhecem o problema do cotidiano com os filhos? Eu também sou mãe, sei que meu filho já está muito grande e, para minha satisfação, é um bom advogado, atuante na iniciativa privada. Então é muito importante essa mudança, esse complemento aos conselhos, incluindo os pais. Eu não poderia deixar de fazer esse registro.

Eu quero falar ainda sobre educação, do projeto que nós aprovamos para educação ambiental. É um projeto mais amplo, é um projeto de transversalidade em que a Secretaria, dentro de suas diretrizes, pode incluir a educação ambiental. A educação ambiental é muito ampla, ela pode ser destinada a ações para os animais, para o bem-estar animal, contra violência, contra maus-tratos, mas também pode incluir outros segmentos que envolvem os cuidados com o meio ambiente. E, falando em meio ambiente, nós temos que, também hoje, relembrar a situação, novamente, da cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, e outras cidades que são próximas, porque foi uma tragédia maior que a de 2011. Em 2011, nós tivemos um voluntariado muito forte em parceria com a WSPA que é uma ONG inglesa, com sede no Rio de Janeiro, e que fez uma sede dentro da faculdade da cidade para atender pessoas e animais. Hoje tivemos contato com o Instituto Ambiental de Santa Catarina, e seu presidente lembrou a tragédia envolvendo quatro cidades, na época, e que não é assim, a pessoa ganha uma

cesta básica, ganha roupas, mas perde tudo. Com a de 2011, bairros inteiros foram soterrados, e não tinha como você voltar e fazer sua casa, não adiantava auxílio moradia. Então essa é a realidade, essa é a realidade também do meio ambiente, da sustentabilidade, das ações públicas onde as pessoas estão em cima de morros, abaixo dos morros, na beira de riachos, e aí vão ficando, vão ficando, e aquilo vai se expandindo. E os oportunistas vão vendendo aquele pedaço para mais pessoas invadirem. E, quando acontecem essas tragédias, aí que nós vemos, não adianta vir recurso de governo federal, estadual, para recompor a vida em 30 dias. E mais, a morte de umas 30 pessoas foi anunciada hoje pela manhã, sem falar naqueles que nós defendemos tanto, que não têm voz, que são os animais. Então, fica este registro. E que cada vez se observe mais, a Defesa Civil, entre outros órgãos, para que evitem deixar as pessoas invadirem essas áreas, morros, abaixo de morro, beira de riachos, de arroios, porque as tragédias estão aí. São esses os registros que eu queria fazer, Sr. Presidente, e quero mais uma vez lhe cumprimentar pelo seu comando nesta Casa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Quero fazer menção à presença e à visita do Ver. Juliano Ferreira, do PTB de Guaíba. Seja bem-vindo, vereador, a esta Casa, sinta-se à vontade. Obrigado pela presença.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Giovane Byl, um forte abraço à sua esposa e ao João Pedro, que já nasce com V. Exa., como já disse aqui, vindo do Morro Santana, das nossas queridas Mário Quintana e Bom Jesus, chegando à presidência desta Casa. Que ele lhe dê muitas alegrias. É um momento especial, eu tive o prazer de estar sendo líder do governo Marchezan, quando a minha filha nasceu; a Fernanda era líder da oposição, tirou as votações e tudo. Num momento importante a gente abre mão, e o senhor fez isso "o Byl está sendo presidente e não está presidindo", mas o senhor estava numa grande causa. Que o João lhe dê muitas alegrias. Eu quero dizer, em nome do João Pedro, que hoje o governo Sebastião Melo anuncia a implementação de mais cinco escolas em tempo integral. Projeto de lei, Ver. Oliboni, do Ver. Moisés Barboza, desta Casa - alteração à Lei Orgânica que nós apresentamos e tivemos 32 votos favoráveis, em primeiro turno; e 36, em segundo turno. Que permite que o Município saia do turno da manhã; do turno da tarde; do turno da manhã e um extra; do turno da tarde e alguma atividade no turno da manhã. Permitindo que essas crianças entrem na escola de manhã cedo e fiquem na escola até o final da tarde. O que a Ver.^a Lourdes fala, da questão ambiental, foram projetos que nós vimos acrescentando na grade curricular da escola de tempo integral. Para que a criança, num turno, tenha suas atividades normais dentro da escola: português, matemática, o desenvolvimento - Ver.^a Mônica Leal, que aqui se encontrava quando ajudou a aprovar esse projeto - e que, no outro turno, ela continue na escola, ela tenha um reforço escolar e tenha conhecimentos de matérias da questão ambiental, dos

Estatutos do Idoso, da Criança e do Adolescente. Para nós pouparmos, lá na frente -, inclusive, a educação para o trânsito - propagandas, Ver. Pablo, que se faz para conscientização. Sabemos que não adianta só conscientizar, tem que ensinar, e a escola cumpre esse papel. Não de ser um depósito de crianças, mas de criar os cidadãos que serão o futuro deste País. Isso não é discurso, isso se vê no Paraguai, hoje em dia, que tem uma educação muito mais avançada do que a nossa. Isso se vê no Uruguai; isso se vê na Coreia, que hoje é um exemplo de educação no mundo, porque investiu na educação, investiu no cidadão, investiu para a qualidade do cidadão. Hoje, a nossa cidade abre cinco escolas, segunda-feira iniciam, em tempo integral. E uma é na Mário Quintana, aquela comunidade que vai receber, que necessita, aquelas crianças que vão deixar de estar à mercê do crime; à mercê do que não deve aprender. Nós, que somos das comunidades mais carentes de Porto Alegre, sabemos muito bem do que estamos falando. Estamos aqui, hoje, nesta Casa com a ajuda de Deus, com a educação dos nossos pais, mas poderíamos muito bem estar do outro lado, como vários jovens, que se criaram junto conosco, estão. Hoje nós vimos a EMEF Mário Quintana, a EMEF Ana Iris do Amaral, a EMEF Professor Gilberto Jorge, a EMEF Portonovo e a EMEF Neuza Goulart Brizola implementando a rede que já tem mais de 50 escolas, se não me engano, em tempo integral na cidade de Porto Alegre. Esperamos que o prefeito, que está em Brasília vendo recursos do Fundeb, possa trazer mais recursos e nós possamos elencar mais recursos, não somente da União, do Estado e da iniciativa privada, para implementar as escolas em tempo integral, que têm ajudado muito, não somente as crianças, mas têm ajudado muito os pais, as mães, que podem trabalhar, que podem estar desenvolvendo a suas atividades com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão dentro de uma escola, sabendo que seus filhos estão na guarida da escola. A escola é o melhor lugar para uma criança estar; a escola que, com certeza irá, reafirmo, criar os cidadãos que poderão chegar a esta Casa, como presidente desta Câmara; poderão chegar a esta Casa, como chegar às outras casas que temos, na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional, levando essa oportunidade para as outras crianças. Prefeito Sebastião Melo, parabéns a V. Exa., por um ano de mandato e por estar ampliando a nossa rede de escola em tempo integral com mais cinco escolas. Esperamos que esse projeto, na sua integralidade, como os projetos dos postos de saúde abertos à noite, seja também ampliado e implementado na cidade de Porto Alegre. Isso nos orgulha de sermos políticos, nos orgulha de termos contribuído para que esta Casa aprovasse duas alterações importantes na Lei Orgânica do Município, na Saúde e na Educação. Assim como esperamos que em breve esta Casa possa aprovar outra alteração na Lei Orgânica do Município, que foi compromisso de campanha de todos os candidatos a prefeito, um compromisso firmado pela nossa aliança, que é a abertura das creches nos finais de semana e à noite, para quem trabalha no comércio, para quem trabalha na Saúde, para quem trabalha nos bares, restaurantes, hotéis, que necessitam de creches perto do seu local de trabalho, perto da sua residência para acolher os seus filhos. Muito obrigado, Sr. Presidente, vida longa às nossas crianças, que o João Pedro tenha muita luz e muita paz na sua caminhada, trazendo muitas alegrias para o senhor e para a sua esposa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação do Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudações ao nosso Presidente, Ver. Giovane Byl; colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Ouvi atentamente alguns vereadores falando em liderança, e queria concordar com algumas coisas, e noutras fazer uma crítica, diria, responsável e muito pontual, principalmente, com relação ao Orçamento Participativo. Nós somos, Ver. Claudio Janta, favoráveis ao turno integral, se falar com o ex-prefeito Fortunati, um dos maiores recursos vindos para os Município, na época em que ele era prefeito, o Melo vice, foi do governo federal, o governo Dilma, e começou lá com o governo Lula. Não só apoio à escola integral, como às universidades. Na área de Educação, nós, nos nossos governos, da esquerda, avançamos muito. Infelizmente, nos outros havia só promessas. Agora o governo municipal sinaliza algo positivo, que podemos convergir com certeza. Então, acho que, principalmente, nessas regiões menos aquinhoadas, com enorme taxa de desemprego, é de fundamental importância que a educação entre como um balizador e que acompanhe a vida, não só da criança e do adolescente, na educação infantil, como também com mais tempo na escola de turno integral. Por isso, eu vi, Ver. Márcio, uma foto com a própria deputada estadual do seu partido, que poderia estar também pleiteando algo nesse sentido, que extrapola algo que a esquerda, mas também tem a simpatia de muitos partidos.

Queria aqui dizer que o Orçamento Participativo ou a democracia participativa, por muitos criticada, para nós, da esquerda e da população, foi algo novo que foi implantado em Porto Alegre pela Administração Popular, iniciada com Olívio Dutra, depois com Tarso Genro, depois com Raul Pont, depois com o prefeito Verle. E foi naquela ocasião, naquela época, Vereador-Presidente Giovane Byl, que nós, no nosso início de militância, íamos às plenárias, nos tornamos delegado do OP, para poder ajudar a sociedade a ter sua demanda atendida. Interagimos com a sociedade, porque em alguns locais ou bairros da cidade a escola era a prioridade, em outros era o posto de saúde, em outros era a creche, e em outros era a constituição do Conselho Tutelar – inclusive V. Exa., nesse período, se constituiu como liderança, assim como outros vereadores, que começaram nessa pauta do Conselho Tutelar e na educação social. Então perceber que o Orçamento Participativo é algo que transcende nossa vontade, é real, é concreto, muitas vezes o poder público fica muito engessado, fica na Câmara de Vereadores, fica no prefeito, mas nós temos que ir à sociedade e ver o que ela quer para o seu bairro, para a sua comunidade, se é exatamente um desses instrumentos públicos que eu acabo de falar. Então, a democracia participativa é um instrumento do controle social, da sociedade, que nós temos que apoiar. Se alguns prefeitos não realizaram as obras demandadas – e isso é real –, foi uma enorme decepção, porque uma vez aprovado no Orçamento Participativo, e o governo deliberar a execução da obra e não a implementar, há uma enorme frustração da sociedade que demandou, e infelizmente vários governos fizeram isso. Eu espero que o atual governo não só crie conselhos ou Centros Administrativos Regionais, que são mais serviços que vão demandar o que

acontece na comunidade, mas empodere os CARs para coordenar o Orçamento Participativo, dê estrutura aos CARs, para que façam assembleias para a sociedade. Isso é uma marca de quem? Do gestor, que foi, eu diria, acolhida lá na gestão da Administração Popular, e que inclusive vários prefeitos viajaram não só dentro do País, mas externamente, para poderem falar sobre a democracia participativa. Parece que alguns governos têm dificuldade de ouvir a sociedade. Para concluir, nós precisamos ouvir mais a sociedade, porque ali nós vamos perceber que a essência de um governo é atender não só o que é demandado pela Câmara de Vereadores, pelos mais próximos do governo, mas pela sociedade, que não é partidária, existem muitos que não são partidários, na sua grande maioria, mas que simpatizam com algo que acontece na sua vida e na mudança da qualidade de vida, levando um instrumento público junto a eles e aos que mais precisam.

Eu sou muito apaixonado pela democracia participativa, e faço essa defesa respeitando as ideias, mas também sempre me opondo àquelas que não concordo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Primeiro meu abraço a ti, cumprimentos pela presidência da Câmara, cumprimentos pelo nascimento do teu bebê, felicidades a ti, a ele, à mãe e a tua outra menina!

Quero dizer às senhoras, aos senhores e aos vereadores que lá em 1989, quando se propôs a instituição do Orçamento Participativo, eu fui, à época, o primeiro vereador de oposição a me manifestar favoravelmente ao Orçamento. Como é a minha área de especialização, tive a oportunidade de andar pelo País fazendo algumas palestras sobre o tema.

A partir do Orçamento Participativo, Porto Alegre se tornou uma referência mundial, a referência da participação popular. Eu também me manifesto amplamente favorável ao Orçamento Participativo e confesso que estou bastante entristecido pelo enfraquecimento do movimento. Acredito que Porto Alegre precisa retornar a esse movimento do Orçamento, que é algo de importante para o seu povo, para a democracia participativa e para os nossos próprios governos. É esta a minha manifestação, um abraço a todos e obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão. Conforme acordo de lideranças, aprovado pelo plenário, iremos fazer uma sessão extraordinária para cumprir a 2ª sessão de Pauta e a Ordem do Dia.

(Encerra-se a sessão às 16h01min.)

* * * * *